

XXV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XVIII ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO (NEM) NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ: UM ESTUDO PRELIMINAR**

**Maria Cristina Bezerra Lima<sup>1</sup> e Glauciana Alves Teles<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Discente do Programa de Pós-graduação em Geografia, CCH, UVA; E-mail: professoracristinalima@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia, CCH, UVA. E-mail: glauciana\_teles@uvanet.br

**RESUMO:** Este texto tem a intenção de compreender o ensino de geografia com implantação do novo ensino médio, levando em consideração a atual reforma do Novo Ensino Médio no Brasil. A metodologia constou de dois procedimentos de pesquisa: um estudo bibliográfico em trabalhos cujos autores estão se dedicando em analisar a funcionalidade do Novo Ensino Médio, suas análises, críticas e objetivos. Junto a isso foi realizada a aplicação de formulário junto aos docentes de uma escola em tempo integral localizada em Massapê, um município no interior do estado do Ceará com objetivo de obter opiniões a respeito do Novo Ensino Médio. A partir dos dados foi discutido criticamente a nova estrutura dessa etapa da educação básica conferindo os impactos na flexibilização curricular, na dificuldade ou ausência de formação continuada para professores, visando o preparo condizente às novas regras impostas com a implantação da lei nº 13.415, de 2017. Conclui-se que a geografia está sendo apresentada no novo currículo escolar, como um conjunto de ações importantes que contribui na formação para a cidadania, atribuindo os velhos desafios e identificando os novos desafios do professor em sala de aula.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio; Educação Pública; Formação do Professor de Geografia

### **INTRODUÇÃO**

Nos dias atuais, na educação brasileira, mais uma mudança é conferida ao Ensino Médio. Para o governo do Brasil é justificável e necessária que aconteça uma reformulação nessa última etapa da educação básica. Essa mudança acabou resultando na lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017) aprovada e apresentada à sociedade brasileira nesse mesmo ano, com implantação dos novos currículos a partir de 2020 nas práticas de salas de aula de escolas públicas e privadas do Brasil. O novo modelo de ensino apresenta uma reconfiguração na carga horária, valoriza e busca incentivar a participação dos estudantes na montagem do currículo, provoca uma modificação no modelo antigo no qual o ensino era dividido por disciplinas, transformando as aulas tradicionais em execução de projetos afim de fazer das escolas espelhos da realidade, adequando os jovens de hoje ao mundo do trabalho e as demandas da vida em sociedade.

Essa mudança vem causando algumas inquietações entre a comunidade escolar, alunos, professores e diversas entidades ligadas a educação, o sentimento de preocupação está associado a algumas lacunas como o preparo pedagógico dos professores para lidar com uma nova proposta de educação baseada em ideias mercadológicas e empreendedoras, justificada pela falta de

interesse dos estudantes em concluir o ensino básico. As propagandas sobre o novo Ensino Médio – NEM, buscam comprovar o quanto é urgente a modificação do velho ensino médio desde a edição da MP nº 746/2016. Essas mesmas propagandas são responsáveis em transformar escolas e professores em bodes expiatórios do expressado “desencanto da juventude” com o ensino médio público no Brasil, sendo este visto como antiquado, desvinculado das demandas profissionais atuais e com uma abordagem de conteúdo sem utilidade para a juventude (CASSIO; GOULART, 2022).

No entanto, quando chegou o momento de colocar em prática as ações da nova lei, o professor que deveria ser visto como o principal elo entre o ensino e a aprendizagem, se encontrou em um ambiente de muitas dúvidas e inquietações. Os profissionais do novo ensino médio, em sua grande parte, foram formados no modelo de ensino por disciplinas. O desafio se resumiu em mudar a forma de trabalhar para o modelo que não recebeu formação condizendo com os objetivos dessa nova proposta. Soma-se a isso a necessidade de receber condições e dedicar tempo para pesquisar a realidade da área na qual está inserido o público da escola.

Os estudantes são diretamente responsáveis pela construção do currículo escolar. Isto posto pois pressupõe-se que estes devam sair do ensino fundamental e chegar ao ensino médio com maturidade satisfatória para fazer suas escolhas de acordo com seus interesses, considerando que suas preferências irão impactar não apenas em seu futuro profissional, mas, também, na construção de uma identidade social crítica e autônoma. O professor, assim, para afirmar a importância de seu papel enquanto educador, precisa garantir uma prática que não permita a exclusão de conteúdos que o aluno precisa aprender, isso se configura como um desafio porque a formulação do currículo garante o funcionamento da escola e necessita da participação de todos que fazem a educação escolar.

No que se refere, especificamente, à Geografia é importante que se faça uma análise crítica sobre o papel que esta disciplina deve continuar desempenhando na escola. A geografia escolar integra uma ciência da ação que compreende e explica o presente, que tem a função de fazer saber pensar o espaço em sua complexidade, oferecendo ao aluno uma visão mais abrangente da realidade vivida. Assim, a geografia permite o desenvolvimento de um senso crítico de maneira em que o estudante perceba um mundo onde as transformações ocorrem numa velocidade acelerada e tenha a capacidade de tomar uma posição diante dessas mudanças.

O ensino da geografia escolar mediante um propósito inovador dentro do novo ensino médio precisa ser planejado para além da ciência, visto que os caminhos percorridos por ela dependem das concepções pessoais dos professores resultantes de sua experiência com a geografia e com a prática escolar. Além disso, as práticas escolares, o modo como se organiza a escola quanto às orientações de currículo/planos de ensino, o livro didático adotado, a forma como o professor organiza as atividades de planejamento e avaliação do projeto pedagógico, a forma como lida com a Geografia e com os conhecimentos geográficos, todos esses fatores interferem e acabam determinando o caminho da geografia escolar.

A nova organização do ensino médio busca oferecer ao aluno mais protagonismo com o objetivo de estar preparado para os desafios da sociedade e do mercado de trabalho. O saber geográfico busca em seu ensino proporcionar esse protagonismo como meta, onde o aluno deve criar mecanismo em sua experiência para a concretização de conceitos geográficos. Existe uma relação que se faz necessária entre o cotidiano, mediação pedagógica e a formação de conceitos para o desenvolvimento positivo do processo de ensino e aprendizagem (VYGOTSKY, 1984).

Para criar seus próprios conceitos geográficos, os alunos têm de fazer um confronto entre seus conceitos cotidianos e os conceitos científicos, principalmente seus conhecimentos a respeito do lugar onde vivem e suas representações (visões) sobre os diferentes lugares do globo. Esse entendimento implica no conhecimento da geografia vivenciada cotidianamente na prática social dos alunos, cabendo ao professor de geografia captar os significados que os alunos dão aos conceitos científicos que são trabalhados no ensino.

Para que o aluno compreenda a importância da geografia não apenas para assimilar e compreender as informações geográficas disponíveis, mas para formar um pensamento espacial, crítico e protagonista, é necessário que o professor de geografia além de metodologias envolventes, de tecnologia acessível tenha também carga horária suficiente garantida e formação continuada que potencialize e ofereça mecanismos que possam fortalecer a proposta do novo ensino médio.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa em tela é parte de nossa dissertação de mestrado que vem sendo desenvolvida no PROPGEO/UVA. Como etapa inicial estamos realizando a pesquisa bibliográfica baseada em autores que se dedicaram a discutir o papel do Ensino Médio na formação do indivíduo e que já discutiram os impactos de sua implementação na formação dos estudantes. Além disso, estamos realizando pesquisa documental e análise de referenciais como o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) para etapa do Ensino Médio, organizado pela Secretaria de Educação do estado do Ceará, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM (2017), Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997) e na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018). Na etapa de campo, foi realizada uma sondagem preliminar por meio de entrevistas à docentes que lecionam a disciplina de geografia na Escola de Tempo Integral Wilebaldo Aguiar, localizada na cidade de Massapê - Ceará. Um formulário, para nortear a pesquisa de campo, foi elaborado pela plataforma virtual ‘Google Forms’ e abordou questões sobre ensino de geografia no novo ensino médio, ligando às possibilidades de interdisciplinaridade, formação do aluno para a cidadania, o papel do material didático e a importância da formação continuada para metodologias ativas. Com o material dos questionários em mãos foi possível fazer uma análise e então uma reflexão sobre as inquietudes, pontos positivos e negativos, bem como melhorias necessárias que precisam ser levadas em conta nos discursos sobre os impactos do novo modelo de ensino na vida futura do adolescente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base no levantamento bibliográfico e na sondagem realizada por meio da entrevista junto aos professores de Geografia da Escola de Tempo Integral Wilebaldo Aguiar na cidade de Massapê no estado do Ceará, de início algumas análises preliminares apontam algumas questões importantes ao debate. A retomada de discussões sobre o ensino médio entre educadores do Brasil questiona a alteração curricular, sendo português e matemática disciplinas de ensino obrigatório e as demais disciplinas incluindo a Geografia, citadas como estudo por áreas de conhecimento, a insatisfação demonstrada pelos docentes não finda com a perda da obrigatoriedade da disciplina mas, é complementada com a indignação com a redução da carga horária em cinquenta minutos para que fossem oferecidas novas disciplinas surgidas com a reforma. Em relação à formação dos

docentes, a reforma é branda quanto às pessoas sem formação em uma área, podendo assumir turmas de áreas afins sendo chamado de “notório saber”. Dessa forma, o professor se encontra preocupado quando demonstra se sentir reduzido a facilitador quando na verdade o professor é um dos sujeitos centrais no processo educativo, formador de um conhecimento específico.

Reafirmar o papel e a importância da atuação do professor no processo de ensino e aprendizagem se configura como uma problemática nesse novo cenário. O formato, o tempo e os espaços de aprendizagem ganharam mais autonomia dentro da proposta do novo ensino médio. É importante destacar que uma das justificativas do governo na transformação do ensino médio em todo o território nacional está na luta em formar jovens protagonistas, essa lei aposta na liberdade de escolha dos estudantes e dispõe sobre o desenvolvimento de projetos envolvendo o futuro na responsabilidade da escola que teve de organizar espaços e oferecer tempos de orientação com os discentes. Verifica-se, portanto, a importância em pensar sobre a formação de professores, estes consideram para o momento de mudança pouco adequada, insuficiente e pouco satisfatória para o desenvolvimento de um novo perfil de jovens cidadãos proposto pelo Novo Ensino Médio para este país

É objetivo da reforma que o currículo seja mais flexível e, assim, o aluno tenha mais interesse pelo ensino médio, mediante o número alto de evasão escolar, reprovação e os baixos resultados em avaliações externas, mediante também ao aumento do tempo do aluno na escola, mas, na realidade o que se pode observar é que essa mudança sozinha não conseguirá manter o adolescente dentro da escola sem lhes proporcionar condição em infraestrutura e recursos pedagógicos de qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É no mínimo desafiador a recente proposta de reforma do Ensino Médio (Lei Federal Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017). Apesar de não ser a primeira mudança decretada e sancionada como reforma da última etapa da Educação Básica, em 2022 muitas escolas tiveram que criar mecanismos e se ajustar aos novos requisitos. Aumentar o tempo de aula sem adequar a estrutura física das escolas e ampliar o número de profissionais da educação é garantir a precariedade (SILVA; BOUTIN, 2018)

Apesar de desafiador e inovador uma reformulação na ideia de muitos profissionais da educação se fazia necessária, mas na realidade da escola pública mesmo com a implantação da lei, ainda vigoram muitas necessidades que distanciam a qualidade no ensino. Algumas dessas necessidades não são novas, porém, não foram consertadas dentro da nova lei, a exemplo da adaptação do espaço escolar para que seja possível atender todas as demandas de um ano letivo ou ainda a formação continuada do professor afim de que fosse trabalhado com o corpo docente como deveria ser a rotina educacional com a nova estrutura do ensino médio. Há, ainda, inquietações que são novas como se acostumar à ideia de os conteúdos estarem em conjunto no livro didático, disciplinas compartilhando um único livro ou ainda a preocupação com a maturidade dos alunos em escolher sua área de aproveitamento visto que, no novo currículo essa área foi contemplada com maior contato aos estudantes.

Em virtude do exposto, inicialmente, verificamos questões relevantes junto aos profissionais da educação desde inquietação, dúvida ou indagação sobre o futuro desses jovens que serão resultado dessa novidade no Ensino Médio. Portanto, consideramos essa discussão uma

necessidade com todos os envolvidos no processo sejam educadores, discentes, familiares ou aqueles que se interessem por assuntos educacionais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. Brasília: Revista Retratos da Escola, v. 16, n. 35, 2022. p. 285-293.

Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acessado em: 27 de julho de 2023.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. A Geografia escolar e a Cidade: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida Urbana cotidiana. Campinas-SP: Papirus, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A. C. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. Educação, [en linea], v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117157485009>. Acesso em: 27 julho. 2023.

VYGOTSKY, Lev Seminovitch. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

## **OUTRAS FONTES**

BRASIL, Ministério da Educação, (2002). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Ministério da Educação, (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acessado em: 17 de outubro de 2022.